Demonstrações Financeiras

ABC Brasil Comercializadora De Energia Ltda.

31 de dezembro de 2021
com Relatório do Auditor Independente

ABC Brasil Comercializadora De Energia Ltda.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....1

Demonstrações financeiras

Balanço patrimonial 4
Demonstração do resultado 5
Demonstração do resultado abrangente 6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....7
Demonstração do fluxo de caixa.....8
Notas explicativas às demonstrações financeiras 9

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo – SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos acionistas e administradores da ABC Brasil Comercializadora De Energia Ltda.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da ABC Brasil Comercializadora De Energia Ltda. (“Empresa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ABC Brasil Comercializadora De Energia Ltda. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras da Empresa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas para fins de comparação, não foram auditadas por nós ou por outro auditor independente.

Building a better working world

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

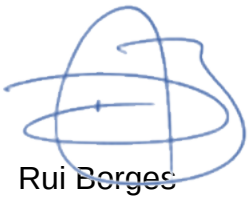
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 15 de julho de 2022

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-0



Rui Borges
Contador CRC-1SP207135/O-2

ABC Brasil Comercializadora De Energia Ltda.

Balanço patrimonial
Em 31 de dezembro
(valores expressos em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

ATIVO	Nota explicativa	2021	2020 Não auditado
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5	153.600	15.847
Contas a receber de clientes	6	113.280	3.482
Adiantamentos	7	319.401	162.462
Impostos a recuperar	-	3.384	328
Outros créditos	-	185	-
Instrumentos financeiros	19	179.429	44.475
Total do ativo circulante		769.279	226.594
NÃO CIRCULANTE			
Instrumentos financeiros	19	104.181	4.386
Total do ativo não circulante		104.181	4.386
TOTAL DO ATIVO		873.460	230.980

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	2021	2020 Não auditado
CIRCULANTE			
Fornecedores	8	106.940	2.769
Impostos e contribuições a recolher	9	5.055	590
Salários, provisões e encargos sociais	-	497	-
Empréstimos e Financiamentos	10	20.644	20.052
Outras contas a pagar	-	-	-
Instrumentos financeiros	19	177.192	36.360
Total do passivo circulante		310.328	59.771
NÃO CIRCULANTE			
Tributos diferidos	11	14.128	3.700
Instrumentos financeiros	19	68.354	1.271
Total não circulante		82.482	4.971
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	13.1	450.000	160.000
Reserva legal	13.2	1.533	312
Reserva de lucros acumulados	13.2	29.117	5.926
Total do patrimônio líquido		480.650	166.238
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		873.460	230.980

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ABC Brasil Comercializadora De Energia Ltda.

Demonstração do resultado do exercício
Exercícios findos em 31 de dezembro
(valores expressos em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota explicativa	2021	2020 Não auditado
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	14	327.339	19.373
CUSTO DA ENERGIA COMPRADA	15	(313.963)	(17.829)
Marcação a mercado contratos de comercialização de energia	17.1	24.352	10.191
LUCRO BRUTO		37.728	11.735
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas administrativas e gerais	15	(3.964)	(2.633)
		(3.964)	(2.633)
RESULTADO FINANCEIRO			
Despesas financeiras	16	(1.069)	(53)
Receitas financeiras	16	4.257	380
		3.188	327
LUCRO OPERACIONAL E ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		36.952	9.429
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Correntes	17.2	(4.260)	283
Diferidos	17.1	(8.280)	(3.465)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		24.412	6.247

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ABC Brasil Comercializadora De Energia Ltda.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
(valores expressos em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

	2021	2020 Não auditado
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	24.412	6.247
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	24.412	6.247

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ABC Brasil Comercializadora De Energia Ltda.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
(valores expressos em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva Legal	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 (não auditado)		1.000	-	(9)	991
Aporte de Capital		159.000	-	-	159.000
Lucro líquido do exercício		-	-	6.247	6.247
Reserva Legal	13		312	(312)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (não auditado)		160.000	312	5.926	166.238
Aporte de Capital		290.000	-	-	290.000
Lucro líquido do exercício		-	-	24.412	24.412
Reserva Legal	13	-	1.221	(1.221)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		450.000	1.533	29.117	480.650

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ABC Brasil Comercializadora De Energia Ltda.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
(valores expressos em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

	2021	2020 Não auditado
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Líquido do exercício	24.412	6.247
Ajustes para reconciliar o lucro do exercício com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:		
Perdas estimadas (PECLD)	50	-
Instrumentos financeiros	(26.834)	(11.230)
Tributos diferidos	10.761	4.504
Juros sobre empréstimos	1.056	52
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Contas a receber de clientes	(109.848)	(3.482)
Impostos a recuperar	(3.056)	(328)
Adiantamentos	(156.939)	(162.462)
Outros créditos	(518)	195
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	104.171	2.769
Impostos e contribuições a recolher	4.465	590
Salários e encargos a pagar	497	-
Outras contas a pagar	-	(8)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(151.783)	(163.153)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Contraprestação paga de Empréstimos	(464)	-
Captação de empréstimos e financiamentos	-	20.000
Integralização de capital	290.000	159.000
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	289.536	179.000
AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	137.753	15.847
Saldo no início do exercício	15.847	-
Saldo no final do exercício	153.600	15.847
AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	137.753	15.847

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A ABC Brasil Comercializadora De Energia Ltda. (“ABC Brasil” ou “Empresa”), é juridicamente formada como sociedade empresária limitada, com sede em São Paulo/SP, na Av Cidade Jardim, n° 803, constituída em 04 de dezembro de 2017, com o objetivo de compra e venda de energia elétrica de outros agentes de mercado, tais como geradores, comercializadores, distribuidores e consumidores que tenham livre opção de escolha de fornecedores, sendo outorgado pela ANEEL no despacho n° 61.

1.1. Impactos do COVID- 19 (Corona vírus) nos negócios da Empresa

Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial de Saúde ("OMS") anunciou uma emergência de saúde global devido a um novo surto de Coronavírus originário de Wuhan, China (o "surto de COVID-19") e os riscos para a comunidade internacional, considerando a capacidade de o vírus se espalhar globalmente. Em março de 2020, a OMS classificou o surto de COVID-19 como uma pandemia, com base no rápido aumento da exposição global.

Colocando a saúde e bem estar de seus funcionários em primeiro lugar, a Empresa adotou todas as medidas possíveis de saúde e boas práticas de higiene recomendadas pelas autoridades de saúde locais, como o distanciamento social incentivada por meio da implementação do trabalho remoto nesse período.

Apesar dos impactos negativos na economia mundial, as operações da Empresa não foram economicamente impactadas pela pandemia do novo Corona Vírus (COVID-19). Pontuais demandas de renegociações contratuais foram totalmente equacionadas, estando devidamente refletidas nas demonstrações financeiras. A queda do consumo que levou uma redução dos preços do mercado livre não trouxe impactos relevantes nos resultados da Empresa, dado as estratégias de gerenciamento de risco adotadas.

Desde a declaração da pandemia, a empresa avalia de forma constante o impacto do surto e suas variantes nas operações e na posição patrimonial do Grupo, implantando medidas apropriadas para mitigar os impactos causados pela evolução da pandemia nas operações e nas demonstrações financeiras combinadas, tomando algumas decisões importantes e elegeu algumas prioridades: a saúde e segurança de seus colaboradores, a continuidade da operação e a manutenção dos empregos.

2. Apresentação das demonstrações

2.1. Base de elaboração e apresentação

A Administração aprovou a conclusão destas demonstrações financeiras em 15 de julho de 2022. A Empresa considerou as orientações contidas na Orientação Técnica CPC26(R1) na elaboração das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

O balanço patrimonial foi elaborado e está sendo apresentado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPCs") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos não correntes e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços à data da transação.

Continuidade operacional

As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Empresa em dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras. A Administração não identificou nenhuma incerteza relevante sobre a capacidade da Empresa em dar continuidade às suas atividades nos próximos 12 meses.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Empresa. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações financeiras foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões em relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que

apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na nota explicativa:

- 19- Instrumentos financeiros.

3. Resumo das principais práticas contábeis

As políticas contábeis, descritas em detalhes abaixo, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e aplicações financeiras com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrado pelo custo acrescido de juros auferidos até da data do balanço.

As aplicações financeiras são reconhecidas e mensuradas pelo valor justo e são classificadas como mantidas para negociação e os resultados financeiros auferidos nessas operações são alocados diretamente ao resultado.

A classificação dessas aplicações está relacionada com a possibilidade de resgate e vinculações desses ativos em garantias.

3.2. Contas a receber

Refere-se substancialmente a consumidores e concessionários através de contratos bilaterais de venda de energia, incluindo também os valores a receber relativos à energia porventura liquidada diretamente na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”).

As perdas estimadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para todo período útil do ativo financeiro, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência real de perda de crédito nos últimos três anos, bem como, a expectativa de perda futura utilizando como base probabilidade de perda determinada individualmente e coletivamente.

3.2.1. Registro das operações de venda de energia na CCEE

As vendas (receita de suprimento) são registradas pelo regime de competência de acordo com as informações divulgadas pela CCEE, entidade responsável pela apuração das operações de compra e venda de energia. Nos meses em que essas informações não são disponibilizadas em tempo hábil pela CCEE, os valores são estimados pela Administração, utilizando-se de parâmetros disponíveis no mercado.

3.3. Fornecedores

Inclui substancialmente os saldos a pagar aos fornecedores de materiais, serviços, e energia elétrica. Os valores estão contabilizados de acordo com o regime de competência.

3.3.1. Registro das operações de compra de energia na CCEE

As compras (custo de energia comprada) são registradas pelo regime de competência de acordo com as informações divulgadas pela CCEE, entidade responsável pela apuração das operações de compra e venda de energia. Nos meses em que essas informações não são disponibilizadas em tempo hábil pela CCEE, os valores são estimados pela Administração, utilizando-se de parâmetros disponíveis no mercado

3.4. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente e diferido registrados no resultado são calculados com base no regime de lucro real anual. O imposto de renda às alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável que exceder R$240 mil anuais, e a contribuição social corrente é calculada com base nos lucros tributáveis antes do imposto de renda, através da aplicação de alíquota de 9%; ambos considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, respectivamente, limitadas a 30% do Lucro Real Anual, quando aplicável.

As despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social compreendem os impostos de renda correntes e diferidos.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto de renda e a contribuição social diferido são reconhecidos sobre as diferenças temporárias nas datas de encerramento dos exercícios entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

3.5. Provisões

São reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e possa ser estimado de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

3.6. Apuração de resultados

i) Receitas

Os contratos com clientes da Empresa envolvem a venda de energia elétrica. A Empresa avalia os contratos com clientes que serão objeto de reconhecimento de receitas e identifica os serviços distintos prometidos em cada um deles.

São consideradas obrigações de performance as promessas de transferir ao cliente bem ou serviço (ou grupo de bens ou serviços) que seja distinto, ou uma série de bens ou serviços distintos que sejam substancialmente os mesmos e que tenham o mesmo padrão de transferências para o cliente.

A Empresa mensura a receita pelo valor da contraprestação à qual espera ter direito em troca das transferências dos bens ou serviços prometidos ao cliente, excluindo quantias cobradas em nome de terceiros. Os preços das transações têm como bases preços declarados em contratos, os quais refletem metodologias e políticas de preços da Empresa baseadas em parâmetros de mercados.

Ao transferir um bem, ou seja, quando o cliente obtém o controle desse e assumi todos os riscos e benefícios, usualmente a Empresa satisfaz todas as obrigações de performance e reconhece a respectiva receita, o que geralmente ocorre em momentos específicos no tempo no ato da entrega do produto.

ii) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras e ganhos em instrumentos financeiros, quando aplicável.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros e variações monetárias.

iii) Custo de venda de energia elétrica

Os custos de venda de energia elétrica são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de impostos, quando aplicável; e (ii) com base na associação direta da receita.

O custo de venda de energia elétrica refere-se basicamente ao custo da energia elétrica comparada para comercialização vinculada à atividade operacional da Empresa.

3.7. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

i) *Classificação e mensuração*

Os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR").

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Empresa apresenta os instrumentos financeiros de acordo com as categorias anteriormente mencionadas:

Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

Custo amortizado

Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados ao caixa e bancos (nota 5).

ii) *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)*

Conforme o CPC48 o modelo de "perdas esperadas" se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais.

iii) *Baixa de ativos financeiros*

A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Empresa em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

c) Marcação a mercado dos contratos de comercialização de energia (contratos futuros)

A Empresa tem um portfólio de contratos de energia (compra e venda) que visam atender demandas e ofertas de consumo ou fornecimento de energia. Além disso, existe um portfólio de contratos que compreende posições *forward*, geralmente de curto prazo. Para este portfólio, não há compromisso de combinar uma compra com um contrato de venda.

A Empresa tem flexibilidade para gerenciar os contratos nesta carteira com o objetivo de obter ganhos por variações nos preços de mercado, considerando as suas políticas e limites de risco. Contratos nesta carteira podem ser liquidados pelo valor líquido à vista ou por outro instrumento financeiro (por exemplo: celebrando com a contraparte contrato de compensação; ou “desfazendo sua posição” do contrato antes de seu exercício ou prescrição; ou em pouco tempo após a compra realizar venda com finalidade de gerar lucro por flutuações de curto prazo no preço ou ganho com margem de revenda).

Tais operações de compra e venda de energia são transacionadas em mercado ativo e atendem a definição de instrumentos financeiros, devido ao fato de que são liquidadas pelo valor líquido à vista, e prontamente conversíveis em dinheiro. Tais contratos são contabilizados como derivativos segundo o IFRS9/CPC48 e são reconhecidos no balanço patrimonial da Empresa pelo valor justo, na data em que o derivativo é celebrado, e é reavaliado a valor justo na data do balanço.

Compensação de instrumentos financeiros: Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e houver a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Empresa ou da contraparte.

O valor justo desses derivativos é estimado com base, em parte, nas cotações de preços publicadas em mercados ativos, na medida em que tais dados observáveis de mercado existam, e, em parte, pelo uso de técnicas de avaliação, que considera: (i) preços estabelecidos nas operações de compra e venda recentes, (ii) margem de risco no fornecimento e (iii) preço de mercado projetado no período de disponibilidade. Sempre que o valor justo no reconhecimento inicial para esses contratos difere do preço da transação, um ganho de valor justo ou perda de valor justo é reconhecido na data-base.

3.8. Demais ativos circulantes e não circulante

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

3.9. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstradas pelos valores conhecidos e exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

4. Novas Normas e Interpretações

4.1. Novas normas e pronunciamentos adotados no exercício corrente

- Arrendamentos impactos pela COVID-19: aditivo ao CPC06(R2).
- Reforma da taxa de juros de referência: Fase 2 com alterações ao CPC48, CPC38, CPC40(R1), CPC11 e CPC06(R2).

Estas demonstrações financeiras não foram impactadas pelo referido aditivo tampouco pelas referidas alterações.

4.2. Novas normas e interpretações ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas já emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão destas demonstrações financeiras, estão descritas a seguir:

- Contratos Onerosos: custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC25/IAS37).
- Revisão anual das normas IFRS 2018-2020.
- Imobilizado: receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC27/IAS16).
- Referência à Estrutura Conceitual (alterações ao CPC15(R1)/IFRS3).
- Classificação do Passivo Circulante ou Não Circulante (alterações ao CPC26(R1)/IAS1).
- Definição de estimativas contábeis (alteração ao CPC23/IAS8).
- Definição de materialidade para divulgação de políticas contábeis (alterações ao CPC26(R1)/IAS1 e IFRS *Practice Statement* 2).
- Impostos diferidos relacionados a ativos e passivos decorrentes de uma única transação

(alterações ao CPC32/IAS12).

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Caixa e bancos – (NE 18)	14	17
Aplicações financeiras – (NE 18)	153.586	15.830
Total	**153.600**	**15.847**

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Empresa mantinha aplicações financeiras de curto prazo, com rendimentos de R$4.257 (2020: R$380). Essas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários, remunerados em taxas pré-fixadas e taxas em torno de 100% do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI").

6. Contas a receber de clientes

	2021	2020
Contas a receber de clientes	5.025	-
Contas a receber de clientes – Portifólio (a)	108.305	3.482
(-) PECLD	(50)	-
Total	**113.280**	**3.482**

(a) O saldo é composto pelo registro das operações de venda de energia de contratos de curto prazo de comercialização de energia convencional e incentivada no ACL (Ambiente de Contratação Livre), cujo contrato de energia foi celebrado até 31 de dezembro de 2021 e faturado através da emissão da nota fiscal no mês subsequente, em conformidade com o artigo 7º inciso II da portaria CAT 97/2009.

7. Adiantamentos

	2021	2020
Adiantamento - Pré Pagamento	319.401	162.462
Total	**319.401**	**162.462**

São pagamentos antecipados de compra de energia no ACL (Ambiente de Contratação Livre), cujo contrato de compra prevê o recebimento da referida energia em períodos futuros.

8. Fornecedores

	2021	2020
Fornecedores de Energia (a)	106.818	2.744
Fornecedores	122	25
Total	106.940	2.769

(a) O saldo é composto pelo registro das operações de compras de energia de contratos de curto prazo de comercialização de energia convencional e incentivada no ACL (Ambiente de Contratação Livre), cujo contrato de energia foi celebrado até 31 de dezembro de 2021 e faturado através da emissão da nota fiscal no mês subsequente, em conformidade com o artigo 7º inciso II da portaria CAT 97/2009.

9. Tributos e contribuições sociais a recolher

	2021	2020
PIS A RECOLHER	71	13
COFINS A RECOLHER	340	57
IRRF	50	-
IRPJ	3.372	376
CSLL	1.222	144
Total	**5.055**	**590**

10. Empréstimos e Financiamentos

	Taxa de juros	Vencimento	2021	2020
Empréstimos (a) – (NE 18)	100% da taxa DI	31/12/2022	20.644	20.052
Total			**20.644**	**20.052**

(a) Trata-se de empréstimo com banco ABC.

Saldo em 01/01/2020	**-**
Juros Incorrido	52
Captação	20.000
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**20.052**
Juros Incorrido	1.056
Pagamentos	(464)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**20.644**
Curto prazo	20.644
Longo prazo	-

11. Tributos diferidos

	2021	2020
Ativo		
IRPJ - Diferido	836	591
CSLL - Diferido	301	213
Total	1.137	804
Passivo		
PIS - Diferido	628	185
COFINS - Diferido	2.893	853
IRPJ - Diferido	8.636	2.549
CSLL - Diferido	3.108	917
Total	15.265	4.504
Curto prazo	-	-
Longo prazo	14.128	3.700

12. Contingências

A Empresa no curso normal de suas atividades está sujeita a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista e previdenciário, cível e ambiental. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Empresa não possui processos contingentes que necessitem ser provisionadas ou divulgadas nas demonstrações financeiras.

13. Patrimônio líquido

13.1. Capital social

Em 13 de abril de 2021, os acionistas aprovaram o aumento de capital da Empresa de R$160.000 para R$ 210.000, um aumento, portanto, de R$ 50.000.

Em 30 de abril de 2021, os acionistas aprovaram o aumento de capital da Empresa de R$ 210.000 para R$ 250.000, um aumento, portanto, de R$ 40.000.

Em 30 de agosto de 2021, os acionistas aprovaram o aumento de capital da Empresa de R$ 250.000 para R$ 450.000, um aumento, portanto, de R$ 200.000.

A composição acionária é representada por:

Banco ABC Brasil S A 100%

13.2 Reserva de lucros

	2021	2020
Reserva legal (i)	1.533	312
Reserva de lucros a realizar (ii)	29.117	5.925
Total das reservas de lucros	**30.650**	**6.237**

(i) Reserva legal: constituída em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, até o limite de 20% do capital social.

(ii) Reserva de lucros a realizar: refere-se o lucro, ganho ou rendimento em operações cujo prazo de realização financeira ocorrerá após o término do exercício social seguinte, conforme artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Uma vez realizado, caso a reserva não seja absorvida por prejuízos posteriores, a Empresa destinará seu saldo à distribuição de dividendos.

14. Receita operacional líquida

	2021	2020
Receita de venda de energia	360.705	21.348
Impostos sobre venda de energia	(33.366)	(1.975)
Total	**327.339**	**19.373**

15. Gastos por natureza

	2021	2020
Compra de energia elétrica	(313.963)	(17.829)
Despesas trabalhistas	(2.178)	-
Despesas com provisões	(983)	(2.363)
Serviços prestados por terceiros	(697)	(238)
Impostos, Taxas e Contribuições	(102)	(32)
Utilidades e serviços	(4)	-
Total	**(317.927)**	**(20.462)**

Custo de energia elétrica	(313.963)	(17.829)
Despesas administrativas e gerais	(3.964)	(2.633)
Total	**(317.927)**	**(20.462)**

16. Resultado financeiro

	2021	2020
Juros Sobre Empréstimo	(1.056)	(52)
Outros	(13)	(1)
Total das despesas	**(1.069)**	**(53)**
Rendimento Aplicação Financeira - CDB DI	2.234	-
Rendimento Aplicação Financeira - Compromissada	2.231	397
PIS e COFINS sobre rendimentos	(208)	(17)
Total das receitas	**4.257**	**380**
Resultado financeiro líquido	**3.188**	**327**

17. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

17.1 Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

	2021	2020
Resultado de instrumentos financeiros	26.834	11.230
(-) Pis e COFINS diferido	(2.482)	(1.039)
Base tributável	**24.352**	**10.191**
Imposto de renda - 25%	(6.088)	(2.548)
Contribuição social - 9%	(2.192)	(917)
Imposto de renda e contribuição social diferido	**(8.280)**	**(3.465)**

17.2 Conciliação do imposto de renda e contribuição social correntes

	2021	2020
Lucro antes dos impostos	36.952	9.429
Despesas com impostos com base na alíquota combinada (34%)	(12.564)	(3.206)
Adições permanentes	1.777	808
Exclusões permanentes	(1.753)	(784)
Total das despesas com impostos	(12.540)	(3.182)
Despesas com impostos correntes	(4.260)	283
Despesas com impostos diferidos	(8.280)	(3.465)
Total das despesas com impostos	(12.540)	(3.182)
Alíquota efetiva	34%	34%

18. Partes relacionadas

	2021	2020
Ativo		
Caixa e equivalente de caixa – (Banco ABC Controlador)	153.600	15.847
	153.600	15.847
Passivo		
Empréstimos – (Banco ABC Controlador)	20.644	20.052
	20.644	20.052

18.1. Remuneração da Administração

Não há remuneração paga aos Administradores da Empresa até 31 de dezembro de 2021.

19. Marcação a mercado dos contratos de comercialização de energia

A Empresa opera no ACL e firmou contratos de compra e venda de energia bilateralmente com as contrapartes. Estas transações resultaram em ganho e perda com o excedente de energia para a Empresa, que foi reconhecido pelo seu valor justo.

A realização do valor justo, por meio da liquidação física dos contratos de venda e compra de energia, em 31 de dezembro de 2021 foi no montante líquido de R$16.072 (2020: R$6.726).

	2.021	**2.020**
Ativo		
Circulante	179.429	44.475
Não circulante	104.181	4.386
	283.610	48.861
Passivo		

Circulante	177.192	36.360
Não circulante	68.354	1.271
	245.546	37.631
PIS e COFINS diferidos (9,25%)	(2.482)	(1.039)
Imposto de renda e contribuição social diferido (34%)	(8.280)	(3.465)
Total impostos diferidos	**(10.762)**	**(4.504)**
Efeito MaM bruto no resultado do exercício	**26.834**	**11.230**
Ganho MaM bruto no resultado do exercício	234.749	48.861
Perda MaM bruto no resultado do exercício	(207.915)	(37.631)

O resultado real destes contratos futuros de energia pode variar substancialmente, uma vez que as marcações desses contratos foram feitas considerando a data base 31 de dezembro de 2021. A Empresa tem contratos futuros de energia com vencimento até o final do exercício findo de 2034.

20. Instrumentos financeiros

A Empresa realiza operações com instrumentos financeiros relacionados às suas atividades operacionais e está exposta e determinados riscos inerentes às suas operações. Tais instrumentos financeiros referem-se principalmente a compra e venda de energia elétrica. A política de controle consiste no acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado para assegurar o principal objetivo que é a adequada rentabilização do caixa da Empresa.

A Empresa não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

A Administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem a escolha das instituições financeiras onde as aplicações são realizadas, dentre o grupo das instituições privadas com *rating* mínima a A.

O planejamento destes investimentos observa a previsão de fluxos de caixa futuros e o estabelecimento do comprometimento mínimo de caixa livre para fazer frente a todas as despesas diretas e indiretas adicionadas de uma provisão para eventos inesperados como indenizações, investimentos não previstos e aumentos salariais para retenção de talentos.
O CPC40 determina que a Empresa deve divulgar os instrumentos financeiros por categoria, permitindo que o usuário da demonstração contábil avalie a significância dos instrumentos financeiros para sua posição patrimonial e financeira para análise de desempenho.

O valor justo é a quantia pela qual um ativo poderia ser trocado ou um passivo liquidado, entre as partes conhecedoras e dispostas a isso, em transação sem favorecidos. O CPC40 determina uma

hierarquia de três níveis para o valor justo descrevendo os três níveis de informações que devem ser utilizadas na mensuração ao valor justo:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2 - Inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3 - Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Ativo mensurados a valor justo por meio do resultado	**Nível**	**2021**	**2020**
Contratos de comercialização de energia	**2**	**283.610**	48.861
Passivo Mensurados a valor justo por meio do resultado	**Nível**	**2021**	**2020**
Contratos de comercialização de energia	**2**	**245.546**	37.631
Ativos mensurados pelo custo amortizado	**Nível**	**2021**	**2020**
Contas a receber	**2**	**113.280**	3.482
Passivos mensurados pelo custo amortizado	**Nível**	**2021**	**2020**
Fornecedores	**2**	**106.940**	2.769

20.1. Mensuração a valor justo

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

	Valor contábil		**Valos justo**	
	2.021	**2.020**	**2.021**	**2.020**
Mensurado a valor justo por meio de resultado				
Valor justo na compra e venda de energia - ativo	**283.610**	48.861	**283.610**	48.861
Valor justo na compra e venda de energia - passivo	**245.546**	37.631	**245.546**	37.631
Custo amortizado				
Ativos financeiros				
Contas a receber	**113.280**	3.482	**113.280**	3.482
Passivos financeiros				
Custo amortizado				
Fornecedores	**106.940**	2.769	**106.940**	2.769

20.2. Gerenciamento de riscos

a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Empresa sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Empresa adota como prática a análise da situação financeira e patrimonial de suas contrapartes, histórico de pontualidade de pagamentos e situação junto aos fiscos municipal, estadual e federal, bem como a eventual exigibilidade de garantias de suas contrapartes nas modalidades de carta de fiança, seguro garantia, caução e outras. Além disso, atua com a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, e de eventual concentração de risco de crédito com alguma contraparte. No que tange às instituições financeiras, a Empresa somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating* com nota mínima A.

b) Risco de mercado

Considerando também que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face ao formato dos negócios da Empresa, seu modelo comercial e às peculiaridades setoriais, este risco se encontra substancialmente mitigado.

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Empresa em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Empresa em cumprir os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações quando aplicável.

A característica da operação, dos contratos, do modelo comercial e gestão da Empresa privilegiam ampla sobra de caixa. Tal fato deixa a Empresa livre de qualquer tipo de alavancagem ou mesmo necessidade de linhas de crédito.

d) Risco de estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio e capital de terceiros que a Empresa faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, A Empresa monitora permanentemente os níveis de endividamento.

e) Risco relacionado ao preço nas operações de compra e venda de energia

A Empresa opera no mercado de compra e venda de energia com objetivo de alcançar resultados com as variações do preço de energia, respeitados os limites de risco pré-

estabelecidos pela Administração. Esta atividade, portanto, expõe a Empresa a ao risco de preço futuro da energia.

As operações de compra e venda de energia futuras são reconhecidas pelo valor justo por meio do resultado, apurado pela diferença entre o prelo contratado e o preço de mercado futuro estimado pela Empresa.

f) Riscos legais e regulatórios

São riscos relacionados à criação ou mudança de regras e legislação vigentes no setor elétrico, podendo mesmo ser enquadrados como não gerenciáveis. A mitigação, porém, é possível, através do acompanhamento e antecipação de alterações, através de contatos profissionais, participação em grupos técnicos de entidades e associações, acompanhamento das notícias do setor e de sites de interesse, como os da ANEEL, MME, CCEE, EPE, entre outros, e entendimento de seus impactos nos negócios da Empresa.

g) Riscos de operação do sistema

Riscos originados de alterações na política operativa do Sistema Interligado Nacional como, por exemplo, geração térmica fora da ordem de mérito, alterações de capacidades de intercâmbios entre subsistemas etc. Tais riscos podem resultar em alterações de preços sensíveis ao negócio da Empresa.

h) Riscos operacionais

A capacidade da Empresa de atuar conforme expectativas de seus clientes, de reter e atrair novos clientes, de gerenciar devidamente seus processos, de sua infraestrutura tecnológica influi no negócio da Empresa, e os riscos decorrentes de cada ponto listado devem ser conhecidos, monitorados e mitigados pela Empresa.

i) Riscos estratégicos

A capacidade da Empresa de atuar em conformidade com seu perfil de risco e sua estratégia, de reagir à atuação da concorrência, da manutenção de sua imagem, e ainda a própria definição da estratégia de negócio são fatores vitais ao negócio da Empresa, e devem ser conhecidos, monitorados e controlados por todos seus colaboradores conforme a área de atuação de cada um.

20.3. Gestão de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança dos investidores, credores e mercado, e manter o desenvolvimento do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, o nível de dividendos para acionistas e procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de empréstimos, considerando também as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável. O investimento maciço em tecnologia, processos e treinamento dos colaboradores visa ampliar os ganhos de escala, reduzir erros operacionais e mitigar riscos indiretos na gestão dos contratos dos terceiros. Tal investimento está perfeitamente dimensionado com

o resultado e o fluxo de caixa demonstrado nos exercícios analisados.